

**PROJETO DE LEI Nº                      , DE 2015**  
**(Do Sr. Marcelo Belinati)**

Acrescenta § único no art. 42 do Decreto-Lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941, para dispor sobre a obrigatoriedade do uso de dispositivo de controle e estipular limite máximo de duração do alerta sonoro, para a utilização de alarmes sonoros de segurança em imóveis

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. Seja acrescentado o parágrafo único no art. 42 do Decreto-Lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941, com a seguinte redação:

Art. 42. ....  
.....

§1º. Nas mesmas penas incorre quem utiliza alarmes sonoros de segurança em imóveis, sem dispositivo de controle e com limite de duração do sinal sonoro contínuo ou intermitente total, de mais de 10 (dez) minutos.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**JUSTIFICAÇÃO**

O objetivo do presente Projeto de Lei é combater a poluição sonora, reconhecida como um dos maiores problemas ambientais e de saúde pública do mundo moderno. A Constituição Federal em seu artigo 225 dispõe que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo para as presentes e futuras gerações.

Os municípios brasileiros têm experimentado um crescimento acelerado em função da ocupação de novos espaços urbanos e da verticalização das moradias. Não é aceitável que alarmes, muitas vezes acionados por uma ação do clima, ou por animais, fiquem por horas perturbando o sossego e o bem-estar públicos, na maioria das vezes, impossibilitando o merecido descanso do trabalhador.

É pacífico na comunidade médica que o ruído pode resultar em fonte de moléstias, provocando modificações nas atividades fisiológicas, tais como: stress, aceleração no ritmo cardíaco, variação de pressão arterial, surdez e outras. A falta de repouso que pode decorrer de uma noite mal dormida por conta de um alarme disparado, causa diversos males, transitórios e permanentes; sendo o mais comum, o déficit de atenção. Quando este mal afeta pessoas que terão de enfrentar o perigoso trânsito das grandes cidades e às vezes dirigir equipamentos pesados ou de transporte coletivo, temos um grande risco à sociedade.

Estudos da Organização Mundial da Saúde apontam que a poluição sonora é a terceira maior fonte de poluição do ambiente e um dos principais fatores de degradação ambiental do mundo moderno. Por definição Poluição Sonora é toda emissão de som que, direta ou indiretamente, seja ofensiva ou nociva à saúde, à segurança e ao bem-estar da coletividade.

A resolução do CONAMA 001, de 08 de março de 1990, considera um problema os níveis excessivos de ruídos bem como a deterioração da qualidade de vida causada pela poluição.

Portanto, tendo em vista o dever de todos, em especial dos membros desta Nobre Casa, de zelar pelo bem-estar e saúde de nossa população, apresentando o presente Projeto de Lei.

Por todo o exposto, esperamos contar com o apoio de nossos ilustres Pares para aprovação da medida, que atendendo ao Direito fundamental à saúde e à um meio ambiente equilibrado, busca melhorar a qualidade de vida dos brasileiros.

Sala das Sessões, em     de     de 2015.

Deputado **Marcelo Belinati**  
**PP/PR**